

Reação contra o aumento da CPMF

O presidente Fernando Henrique Cardoso enfrentará, esta semana, todo o descontentamento de seus aliados com as medidas de ajuste fiscal e corte de gastos necessários para defender o real. Ele dedicou o fim de semana a discussões sobre economia com seus auxiliares e só deve retomar os contatos políticos amanhã, na tradicional reunião das terças-feiras com os líderes partidários.

O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) esboçava, ontem, os primeiros sinais de reação do Congresso ao pacote. "Na medida em que se garanta o real, a força da moeda, na medida em que o governo faça o que o País necessita, o Congresso vai compreender e apoiar. Mas é preciso que o presidente tenha em mente que estas medidas têm um caráter político. Tudo gera consequências. Não se pode colocar algo inviável para a sociedade e para o Congresso. É verdade que o País está gravemente ameaçado, mas há coisas possíveis de se fazer e coisas impossíveis. Não vou especular sobre o que seria impossível".

Amanhã o governo enfrentará um teste no Câmara, com a votação em plenário que prorroga até o final de 1998 a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A vigência da CPMF se extingue em janeiro do ano que vem e o aumento da alíquota, de 0,20% para 0,25%, era uma das medidas previstas no pacote que será anunciado hoje. "Prorrogar a CPMF já era um grande esforço das lideranças governistas no Congresso,

Carlos Moura 27.5.97

*Geddel reconhece: dificuldades no Congresso até para prorrogar a CPMF*

que se tornará ainda mais difícil com o aumento da alíquota", reagiu o líder do PMDB na Câmara, deputado Geddel Vieira Lima (BA).

Nas primeiras discussões sobre o pacote, o presidente orientou a equipe econômica a propor medidas que dispensassem aprovação legislativa, não apenas para produzir efeitos mais rapidamente mas também trabalhando com o cenário negativo no Congresso. Nos últimos dias, o presidente do PFL, deputado José Jorge (PE), o secretário-geral do PSDB, deputado Artur Virgílio (AM), e o líder do PSDB na Câmara, deputado Aécio Neves (MG), deram declarações contra o aumento de impostos.

COMPENSAÇÃO

O presidente prefere apostar que os políticos vão se render à realidade, que impõe medidas duras, como

afirmou numa entrevista em Cartagena das Índias (Colômbia). "Não há realidade que imponha ao Congresso um aumento puro e simples de impostos", disse Geddel Vieira. "É preciso esperar pelo anúncio do pacote, para ver como o governo pretende dourar a pílula, como acredito que o presidente fará". De fato, os economistas do governo preparam medidas compensatórias para pelo menos duas áreas: construção civil e agricultura.

A estratégia do presidente é jogar tudo na defesa do real, mesmo que isso desgrade os aliados. "Pelo menos, ele está sendo claro e honesto com o Congresso", observou o deputado Saulo Queiroz (PFL-MT). "Errado seria deixar passar a renovação da CPMF para só depois surpreender os deputados com um aumento na alíquota".